

# As Ilhas de Babel: a Crioulização no Golfo da Guiné

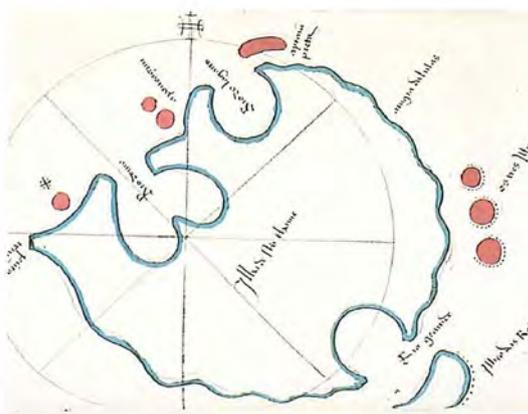
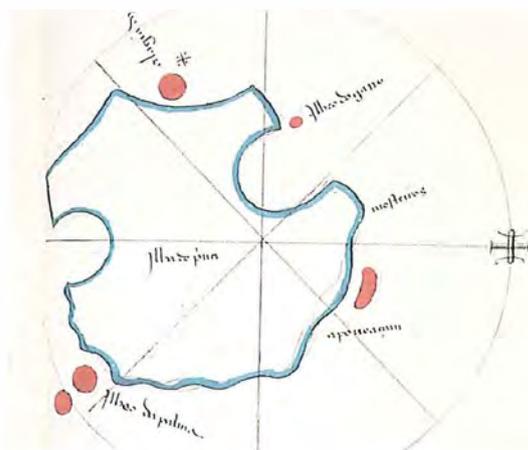
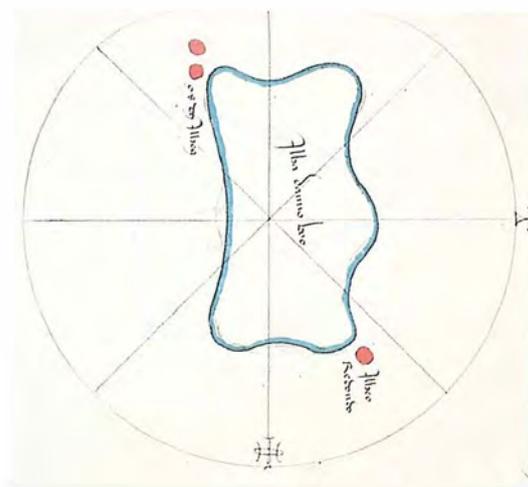
*T j e r k H a g e m e i j e r*

## Introdução

No presente artigo, proponho-me tecer algumas considerações de carácter histórico-linguístico sobre o surgimento dos quatro crioulos de base lexical portuguesa que se falam no Golfo da Guiné (daqui em diante CGG – Crioulos do Golfo da Guiné): o São-Tomense (ST) e o Angolar (ANG), ambos falados na ilha de S. Tomé, o Principense (PR), da ilha do Príncipe, e o Fa d'Ambu (FA), que se fala na ilha de Ano Bom. Esta última ilha pertenceu à coroa portuguesa até 1778, ano em que passou para as mãos espanholas como parte integrante da Guiné Espanhola, país que desde a sua independência em 1968 passou a chamar-se Guiné Equatorial.

Segundo o censo da Direcção de Estatística de S. Tomé e Príncipe, efectuado em 1991, havia, relativamente à população com mais de 6 anos, uns 1.500 falantes do PR e uns 70.000 falantes do ST. Sobre o ANG, cuja língua se ouve nomeadamente no sudeste da ilha, não há dados concretos. Calcula-se haver no mínimo 5.000 falantes dessa língua<sup>1</sup>. O FA, por último, é falado por uns 4.000 falantes, dos quais globalmente metade ainda vive na ilha de Ano Bom e outra metade, devido à migração, em Malabo, capital da Guiné Equatorial, situada na ilha de Bioko (antigo Fernando Pó)<sup>2</sup>.

Como até à data não foram encontrados documentos históricos com textos anteriores ao século XIX, escritos numa destas quatro línguas crioulas, sendo também escassos os documentos que nos informam sobre o volume de tráfico de escravos e a sua proveniência nas décadas que se seguiram ao povoamento das ilhas e que foram decisivas para a formação dos crioulos, recorreremos essencialmente à linguística como instrumento de reconstituição histórica.



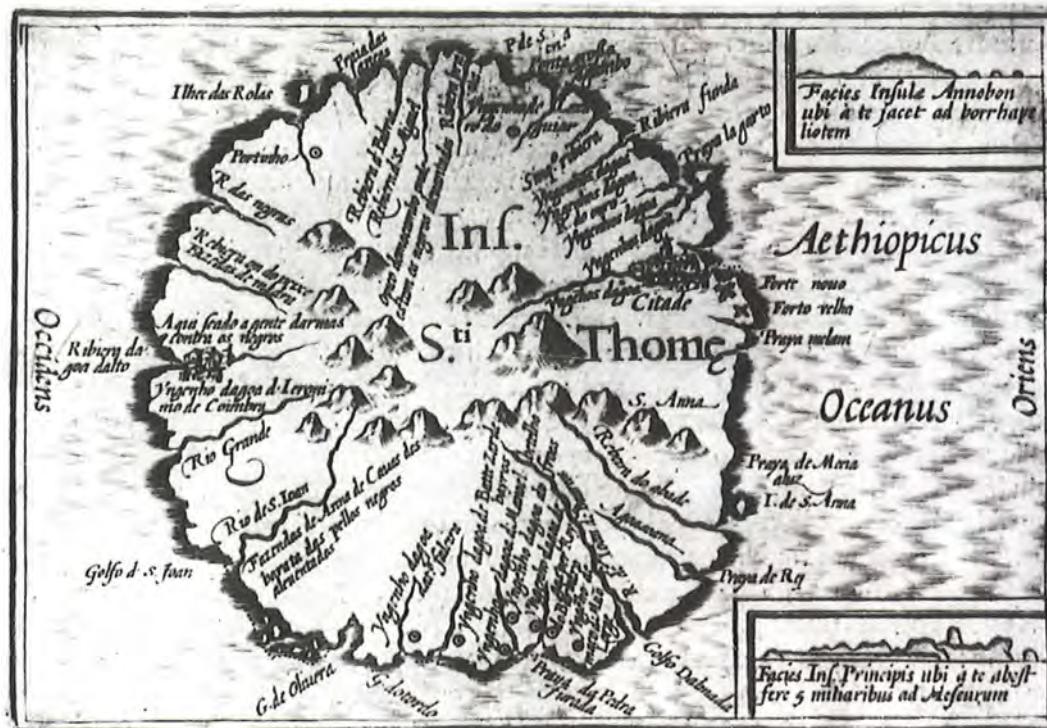
### Ilhas de S. Tomé, Príncipe e Ano Bom

Começamos a nossa incursão histórica na segunda metade do século XV, e mais concretamente nos anos de 1471/2, altura a que geralmente é atribuída a descoberta das ilhas de S. Tomé, Príncipe e Ano Bom. Destas três, S. Tomé foi a primeira ilha que começou a ser povoada. Há indícios de povoamento que datam ainda da década de 80 do século XV, mas o primeiro povoamento em larga escala e de carácter definitivo deu-se na primeira metade da década seguinte, mais precisamente em 1493.

As ilhas de Príncipe e de Ano Bom foram povoadas a partir de S. Tomé. Numa carta de 1499, Pero de Caminha, primo de Álvaro de Caminha, o primeiro donatário de S. Tomé, refere que já havia alguns moradores e escravos que se deslocaram (temporariamente?) à ilha do Príncipe por haver falta de alimentos em S. Tomé<sup>3</sup>. Certo é que a doação do Príncipe teve lugar em 1500 e o povoamento efectivo na mesma altura ou ligeiramente mais tarde.

Para além da doação em 1503, pouco se sabe da ilha de Ano Bom na primeira metade do século XVI. Segundo Valentim Fernandes, um impressor alemão que se baseou em informações de terceiros, o povoamento da ilha teve lugar em 1503, havendo nove moradores em 1507<sup>4</sup>. Esta informação contrasta com um pedido de foral para Ano Bom, escrita em 1543, em que consta que a ilha de Ano Bom não rendia por estar deserta<sup>5</sup>.

Com a chegada dos povoadores, maioritariamente portugueses, começou também o afluxo de escravos africanos a S. Tomé. Havia, por um lado, os chamados escravos de «quarto», cuja fixação na ilha era de carácter permanente. Alguns destes ocupavam-se com as tarefas domésticas, outros trabalhavam nas obras e tarefas rurais<sup>6</sup>. Como provavelmente havia uma percentagem relativa-



«S. Tomé foi a primeira ilha a ser povoada. O primeiro povoamento em larga escala e de carácter definitivo deu-se em 1493.»  
Biblioteca Pública e Municipal do Porto.

mente grande de mulheres entre os escravos do tipo doméstico, é muito sugestivo atribuir-lhes um papel-chave para a crioulização, tanto mais quanto sabemos que a miscigenação foi desde sempre uma realidade bem presente em S. Tomé.

Por outro lado, havia os chamados escravos de «resgate», importados das zonas costeiras do continente africano e geralmente despachados como mercadoria para a feitoria da Mina, situada no actual Ghana, junto à foz do Rio Pra. Estes escravos permaneciam em S. Tomé por um período de tempo que em princípio não devia exceder os cinquenta dias, mas devido aos atrasos no embarcamento verifica-se que na realidade era comum permanecerem na ilha durante largos meses até seguirem como moeda de troca para a Mina<sup>7</sup>. Durante estas estadias alargadas dos escra-

vos, os plantadores empregavam-nos nas suas fazendas como mão-de-obra temporária. Ignoramos qual poderá ter sido o papel destes escravos para o processo de crioulização, por exemplo no contexto do micro-cosmos de cada fazenda e no macro-cosmos da ilha.

Segundo Vogt (1973:456), o tráfico de escravos de S. Tomé para o posto comercial S. Jorge d'El Mina teve início antes da viragem para o século XVI. Para os mercadores do forte, a aquisição desses escravos era fundamental para o transporte de ouro que então se verificava nessas estâncias. A venda destes escravos, por sua vez, permitia aos comerciantes são-tomenses a importação de diversos bens de que carecia a ilha.

Mas nessa primeira fase, a carreira directa entre a Mina e Benin (donde provinha então

o grosso dos escravos) deve ter *prevalecido* sobre a carreira triangular Benin – S. Tomé – Mina. O testamento de Álvaro de Caminha, datando de 1499, mostra que muitos escravos importados por S. Tomé eram aí retidos para pagar os soldos aos primeiros povoadores. Sabe-se que nos cinco anos que vão até 1499, 930 escravos foram gastos em soldos e uns 150 ficavam ainda por despender<sup>8</sup>. A retenção dos escravos fazia todo o sentido à luz do próprio processo de povoamento, que requeria obras, o desbravamento de floresta, o cultivo de produtos, etc.

A posição de S. Tomé e Príncipe como entrepostos no tráfico de escravos terá gradualmente ganho terreno a partir de 1500. Numa carta de 1499 ao rei de Portugal, Pero Álvares de Caminha pede um navio complementar para o resgate de escravos e marfim, expondo que assim «*haverá Vossa Alteza muito proveito de quartos, porque [os navios] não farão senão trazer e os [navios] de Vossa Alteza mandar à Mina, espero que seja tanto o proveito que não será necessário vossos navios [da Mina] descerem ao rio dos Escravos senão se for à pimenta*»<sup>9</sup>. Esta passagem mostra que S. Tomé, uma vez deixadas para trás as preocupações de povoamento, está preparado para um novo desafio na forma da aquisição dos direitos exclusivos sobre o tráfico de escravos. Mesmo não tendo conseguido logo estes direitos, o papel de intermediário devia estar a ganhar cada vez mais expressão. Esta ideia é corroborada por Valentim Fernandes, que refere que em 1506 já havia cinco a seis mil escravos de resgate na ilha.

Mas foi só a partir de 1515 que o abastecimento de escravos para a Mina passou a ser um exclusivo dos donatários das ilhas de Príncipe e S. Tomé, que tinham contratos a prazo com o rei de Portugal. A partir dessa altura, todo o tráfico de escravos no Golfo da Guiné

passava obrigatoriamente pelas ilhas antes de seguir para a Casa da Mina.

Igualmente importantes são o estabelecimento de relações amigáveis entre Portugal e o reino do Congo, em 1483, e o facto de, a partir de 1493, S. Tomé ter recebido luz verde para a obtenção de escravos na região que ia do Rio Real, situado na fronteira entre a Nigéria e os Camarões, até ao Congo. Por volta de 1506, Duarte Pacheco Pereira relata no entanto que não se resgatavam muitos escravos dessa região, o que faz jus à sua observação que nos finais do século XV e princípios de XVI muitos «cativos» vinham do Benin<sup>10</sup>.

À medida que o século XVI ia avançando, o eixo de gravidade do comércio esclavagista deslocava-se para sul. Ao que tudo indica, primeiro para o Congo e posteriormente também para a região que abrange a actual Angola. Nessa altura S. Tomé e Príncipe já se tinham transformado num grande entreposto atlântico, abastecendo não só o mercado da Mina e de Lisboa, como também as sociedades coloniais emergentes nas Américas, que começavam a absorver grandes quantidades de mão-de-obra para o trabalho intensivo e duro nas plantações da cana sacarina.

### A origem dos crioulos do Golfo da Guiné

Mesmo que os quatro crioulos do Golfo da Guiné tenham sido relativamente pouco estudados, o grande número de traços comuns a nível lexical e gramatical mostra claramente que estas línguas partilham uma mesma raiz, que daqui em diante designamos de Proto-Crioulo do Golfo da Guiné (PCGG)<sup>11</sup>. O berço desta proto-língua terá presumivelmente sido a ilha de S. Tomé.

Rejeitamos nomeadamente a hipótese de a Mina ter sido o local onde teve início a criou-

lização<sup>12</sup>, visto que a evidência lexical provinda dos quatro crioulos sugere, como veremos, a importância de línguas africanas de substrato que nesse entreposto não eram faladas. E mesmo partindo do princípio que havia um número significativo de falantes do Edo (a língua falada no reino de Benin) como mão-de-obra fixa na Casa da Mina, devido à carreira marítima intensa entre este posto comercial e o delta do Niger até pelo menos 1515, tudo indica que o movimento de escravos era exclusivamente de S. Tomé para a Mina e nunca, ou muito esporadicamente, no sentido contrário.

O surgimento de um *pidgin* ou crioulo<sup>13</sup> num posto comercial no delta do Niger/Benin seria uma hipótese mais interessante do ponto de vista histórico-linguístico, uma vez que havia um contacto comercial intenso e directo entre essa região e as ilhas. Nos documentos antigos há alusões a vários rios onde se resgataavam escravos, sendo os mais conhecidos o Rio dos Forcados, o Rio dos Escravos e o Rio Formoso (hoje o Benin), que ficavam próximos uns dos outros. As fontes divergem quanto ao papel do Rio dos Escravos. A opinião de Duarte Pacheco Pereira, por sinal a mais explícita, contrasta com outros autores ao afirmar que neste rio (perigoso) «[...] *não há comércio nem outra coisa digna de memória*»<sup>14</sup>.

Sabe-se que foi criada uma feitoria sem apoio militar em Guato (Ughoton), vila situada num braço do Rio Formoso e segundo Pacheco Pereira «*o porto da grande cidade de Beni*». A importância de Benin está patente no facto de se ter construído uma igreja onde, com êxito, se ensinava a ler à população local<sup>15</sup>. Este entreposto funcionou intermitentemente entre 1487 e 1507, data em que encerrou<sup>16</sup>. Neste cenário há presumivelmente poucos europeus, uma constante

saída de escravos para S. Tomé e para a Mina e uma exposição permanente à própria língua por parte dos escravos do forte. Este conjunto de factores não parece ter favorecido a estabilização de um novo sistema linguístico nesse local.

Em S. Tomé, no entanto, criaram-se desde cedo condições favoráveis a uma criouliização rápida. Cada povoador tinha direito a uma escrava por decreto régio e as alusões à miscigenação são frequentes nos documentos antigos. As mulheres negras e os filhos que nasciam dos casamentos e concubinatos com europeus eram oficialmente livres a partir de respectivamente 1515 e 1517 e constituíam uma comunidade com poderes socio-económicos próprios. Nada parece mais natural do que associar esta comunidade de forros (escravos que recebiam a carta de alforria), com uma identidade própria, ao surgimento de uma língua crioula que mais tarde se difundiu para as roças, tornando-se a língua-alvo dos escravos recém-chegados.

## A estrutura dos crioulos

A partir deste ponto, iremos olhar mais de perto para alguns aspectos dos CGG com o objectivo de analisar os seus pontos convergentes e divergentes. Para isso, precisamos de fazer uma distinção clara entre o papel do léxico e da fonética, por um lado, e o papel da sintaxe por outro. Ao longo da exposição assumimos que a sintaxe, sendo o *esqueleto* de uma língua sobre o qual o léxico assenta, tem um carácter muito mais estável do que as particularidades lexicais e fonéticas, que são susceptíveis de mudança linguística em circunstâncias particulares.

## O léxico

Com base numa comparação do vocabulário dos quatro crioulos, Ferraz (1979:9),

no seu estudo sobre o ST, conclui que esta língua partilha 88% do seu léxico com o PR, 82% com o FA e 67% com o ANG. Mesmo que estes números (já) não correspondam à verdade absoluta, eles transmitem a grande afinidade histórica que existe entre os CGG. Repare-se que a especificidade do ANG neste quadro se deve à considerável componente lexical Kimbundu, que não encontramos nos demais crioulos.

### **1. Léxico proveniente do português (PTG)**

Continuando com Ferraz, verifica-se que os vocábulos de origem portuguesa no ST constituem uns 93% do léxico total. Lorenzino (1998) mostra que no ANG esta percentagem flutua entre os 80 e 90%. Com base numa contagem minha de palavras contidas no glossário de Günther (1973), o PR terá talvez uns 90% de léxico PTG. Do FA não temos dados suficientes.

### **2. Léxico proveniente de línguas africanas**

A restante percentagem dos vocábulos provém das línguas de substrato e pode ser atribuída uma origem Kwa ou Bantu, que constituem dois grupos tipologicamente distintos da família Niger-Congo. Kwa é o conjunto de línguas que abrange o litoral-interior da área que se estende do Ghana até à Nigéria. Dentro deste grupo, os dialectos do Edo (o antigo Bini) desempenham um papel relevante para os CGG. Do enorme grupo Bantu interessam-nos particularmente as línguas do Congo e da actual Angola, designadamente o Ki(shi)kongo (KK) e o Kimbundu (KB).

Existe um léxico africano partilhado pelos CGG e que as origens são frequentemente muito incertas e sujeitas à especulação tendo em conta a enorme variação linguística no continente africano<sup>17</sup>. Face às percentagens

dadas acima, não é de estranhar que frequentemente o ANG se destaque lexicalmente dos demais crioulos.

De uma forma geral, podemos afirmar que o léxico de origem africana no PR provém maioritariamente da zona Kwa e do Edo em particular. Observa-se que o ST dispõe de duas porções relativamente equilibradas de léxico Bantu e Kwa, respectivamente o KK e o Edo, com talvez uma ligeira predominância do léxico Bantu. Lorenzino (1998) mostra que aproximadamente 80% do léxico africano no ANG é de origem KB. O Edo e o KK completam essa percentagem com contribuições que rondam os 10%. Lamentavelmente, não dispomos de dados suficientes para tirar conclusões definitivas sobre o FA. Com alguma cautela, diríamos que a gramática incompleta de Barrena e os diversos artigos de Post empiricamente sugerem que o léxico de origem Kwa (Edo) predomina sobre o léxico Bantu.

### **Confluência**

Dizer que uma palavra deriva morfológicamente do PTG muitas vezes não é suficiente. Um caso de confluência linguística é o dos advérbios de intensidade ou ideofones, que geralmente modificam o léxico (verbos, nomes e adjectivos) de origem portuguesa. Estas formas são geralmente geradas por reduplicação, um processo morfo-fonológico que está também disponível em outras áreas gramaticais destes crioulos e na generalidade das línguas africanas de substrato<sup>18</sup>.

### **O sistema pronominal**

Uma considerável parte do sistema pronominal não deriva do PTG, destacando-se o pronome indefinido *a*, como em ST [a fla] (diz-se)<sup>19</sup>. Este pronome, proveniente do Edo, constitui claramente uma inovação relativa-

mente ao sistema pronominal do PTG. Destacam-se também as 2ª e 3ª pessoas do plural que também não correspondem à forma do PTG, sendo incerta a sua origem no que respeita às línguas de substrato. É significativo que a 2ª pessoa do plural no PR, [ʒwə] ou [ʒwo], confirme a relação especial desta língua com relação ao Edo. O fonema [n] para a 1ª pessoa do singular não marcada ocorre em inúmeras línguas africanas e crioulos e como tal não contribui para a discussão das origens do substrato.

### Alguns aspectos fonéticos

Nesta secção pretendemos apenas dar conta de alguns aspectos fonéticos cuja relevância é directa no âmbito do presente trabalho.

Existem no entanto inúmeros outros aspectos fonéticos que merecem um desenvolvimento detalhado e confronto com as possíveis línguas de substrato e de superstrato.

#### 1. Oclusivas co-articuladas

O PR destaca-se em relação ao demais crioulos por albergar um traço fonético que unicamente existe em línguas do grupo Kwa, designadamente a oclusiva co-articulada [gb], que ocorre em palavras marcadamente africanas deste crioulo como [u'gβeri] (cesto), [uku'gβa] (cinto) ou [i'gβe] (quarto).

#### 2. Vibrantes e líquidas

Além disso, a ampla presença do [r] em PR contrasta com a limitada ocorrência do mesmo fonema nos restantes crioulos. O [r] comumente faz parte dos inventários fonológicos de línguas Kwa, por exemplo o Edo. As línguas Bantu de substrato caracterizam-se pelo fenómeno de lambdacismo, em que o [r] sempre toma a forma de [l].

Sugerimos que por exemplo o PR [u'gβeri] (cesto) equivale ao FA [o'kwali] e o ST ['kwali], ou seja, a oclusiva co-articulada [gβ] desfez-se (note-se que o sentido inverso é impensável) e a vibrante [r] foi substituída pela líquida [l].

Um outro exemplo pode ser a palavra do PR [re'ma] (remar) que em ST e ANG deu [le'ma].

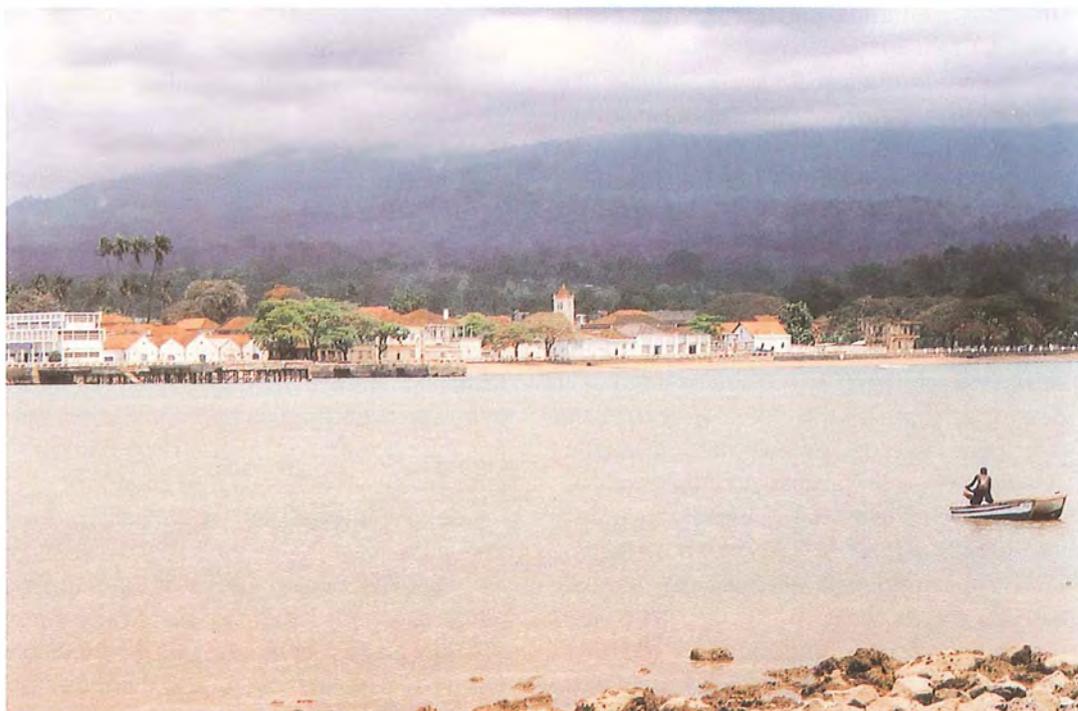
#### 3. Consoantes pré-nasalizadas

As consoantes pré-nasalizadas constituem outro traço interessante do ponto de vista comparativo, por causa da sua distribuição diferenciada nos quatro crioulos. Estas consoantes caracterizam-se por uma pré-nasalização da consoante. A pré-nasalizada sempre adopta o ponto de articulação dessa consoante.

Alguns exemplos são: ST [ᵐpon] (pão); PR [ᵐba'sa] (costela); ANG [ᵑfenu] (inferno); FA [ᵑge] (pessoa). Tendo em conta que consoantes pré-nasalizadas ocorrem mais amplamente nas línguas Bantu do que nas línguas Kwa, conclui-se que tanto o PR como o FA apresentam um comportamento menos Bantu do que os dois crioulos falados em S. Tomé.

### A Sintaxe

Nas secções anteriores mostrámos que a distribuição do léxico africano e alguns aspectos fonéticos sugerem um contexto linguístico diferenciado para cada um dos crioulos, contexto esse que se encaixa bem nos factos históricos expostos para o povoamento das ilhas. Na presente secção, argumentamos que o PCGG já devia ser um sistema linguístico relativamente estável na altura em que cada um dos crioulos seguiu o seu próprio rumo. Para isso, analisamos concisamente alguns aspectos sintácticos.



### A negação frásica

À exceção do caso do PR, a negação frásica é expressa através de duas partículas de que uma se encontra em posição preverbal e a outra em final de oração<sup>20</sup>.

Considerando que o *na* preverbal deriva do PTG *não*, uma das discussões legítimas respeita o estatuto da partícula em final de oração (cf. Post 1997) e, mais precisamente, se se trata de um elemento com valor inerentemente negativo ou apenas com um valor enfático.

Na sua descrição do PR, Günther menciona que a ocorrência de *na* é muito rara mas possível nesta língua. Maurer (1995) igualmente observa que em ANG *na* pode ser reduzido a *a* ou não ocorrer de todo. Post (1997) mostra que *na* em FA pode ocorrer sem *na* quando se nega sintagmas preposicionais ou nominais.

Ferraz (1979:11) inclina-se para o substrato Bantu para explicar a negação circum-oracional pelo facto de este padrão existir em várias (dessas) línguas desse grupo pertinentes para o caso de S. Tomé. Esta hipótese não nos parece correcta por duas razões: o mesmo *fa* nos CGG evidencia que se trata de um traço presente no PCGG. Isto significa que *fa* foi *exportado* para as outras ilhas. Com a componente marcadamente Kwa no PCGG, não nos parece aceitável atribuir à partícula *fa* uma origem Bantu. Em segundo lugar, verifica-se que nem o KK nem o KB têm uma marca (negativa) pós-verbal que se pareça de alguma forma com *fa*.

Sugerimos que os CGG tiveram todos o mesmo *input* para fazer a negação. Nesta perspectiva, a partícula preverbal *na* contribuiu com o valor negativo, enquanto *fa* seria

uma marca enfática que tipicamente se associava à negação<sup>21</sup>.

Por contaminação de *na*, *fa* pode ter consolidado um valor inerentemente negativo, que mais tarde lhe permitiu ocorrer sozinho em contextos negativos, opcionalmente dispensando a presença de *na* nas diversas línguas.

### Construções de verbos seriais

No sentido lato, as construções de verbos seriais caracterizam-se por serem sequências de verbos expressando um só evento, a que nas línguas europeias correspondem sequências de verbo e preposição ou advérbio.

Essas construções são bastante produtivas nos CGG. Maurer (1999) foi o primeiro a fazer um estudo comparativo sobre as construções seriais locativas em ST, PR e ANG. Vejam-se os seus exemplos.

McWhorter (1992) conclui (correctamente) que construções seriais só ocorrem naqueles crioulos que têm línguas (africanas) de substrato que também serializam. Quando não existem construções seriais nas línguas de substrato, um crioulo não terá estas construções à sua disposição. Compare-se por exemplo os CGG com os crioulos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau que, não tendo línguas de substrato que serializam, não apresentam estas construções.

Não será por acaso que o grupo Kwa é o único no continente africano em que a serialização verbal é um módulo importante da gramática. As línguas Bantu, pelo contrário, recorrem a uma estratégia mais sintética em que extensões (verbais) são incorporadas na raiz verbal.

### Reflexivização

Nos CGG, a reflexivização faz-se através de uma palavra que significa *corpo*, o que

corresponde à estratégia utilizada nas línguas da África ocidental.

Diversos outros crioulos utilizam a mesma estratégia, mas sempre com palavras para *corpo* que derivam das línguas de superstrato. O Saramaccan, crioulo falado no Suriname, considerado geralmente um dos crioulos mais radicais do ponto de vista da reestruturação, utiliza 'seei' (< self (inglês)). O crioulo de Haiti, também considerado bastante fundo, adoptou a forma 'kor' (< corps (francês)) para a reflexivização. Por outras palavras, estas línguas têm a mesma semântica encontrada nas línguas de substrato – o FonGbe nos dois casos, mas uma forma que morfologicamente deriva da palavra europeia para *corpo*<sup>22</sup>.

Os CGG porém utilizam uma palavra para *corpo* que se apresenta praticamente idêntica ao Edo 'egbe' (corpo). Estamos portanto perante um caso muito claro de influência directa de substrato, tanto mais quando se verifica que o PR conservou a oclusiva co-articulada [gβ].

### Famílias

A pluralização de substantivos faz-se através da colocação do pronome da terceira pessoa do plural em posição pré-nominal.

A terceira pessoa do plural *inen* funciona simultaneamente como a marca do plural em posição pré-nominal.

Interessantemente, o FA parece ter uma forma reduzida do pronome de 3ª pessoa do plural na posição pós-nominal e não pré-nominal, o que pode apontar para um padrão arcaico. Estamos, mais uma vez, perante uma estratégia que tipicamente ocorre nas línguas do grupo Kwa. A origem etimológica destes pronomes/marcas de plural é incerta.

## O contexto de surgimento dos crioulos do Golfo da Guiné

O conjunto de dados histórico-linguísticos apresentado até aqui mostra a relação estreita entre os quatro CGG que procurámos explicar através de uma proto-língua. É verdade que inúmeros aspectos gramaticais dos CGG estão ainda insuficientemente estudados para se poder inferir com segurança se certas características podem ser atribuídas às línguas de substrato ou não. Alertamos para o risco de confundir efeitos de substrato com efeitos que derivam da própria capacidade inovadora de um crioulo<sup>23</sup>.

Nos casos em que efectivamente existem diferenças sintácticas claras entre os dois grupos de substrato, verificou-se que os CGG se inclinam sempre para a solução encontrada nas línguas Kwa. Argumentámos também que o léxico e a fonética são menos estáveis, justificando os padrões variáveis para cada crioulo à luz das circunstâncias diferenciadas do seu surgimento e desenvolvimento.

Conclui-se que o PR contrasta com os demais CGG por ser marcadamente Kwa, enquanto o ANG representa o outro extremo, com um carácter mais Bantu. O ST parece apresentar ligeiramente mais traços Bantu do que o FA. Defendemos, portanto, que dos CGG o PR foi o primeiro a autonomizar-se e a estabilizar-se e o ANG o último<sup>24</sup>.

Com base na informação linguística e nas referências históricas sobre a origem dos primeiros escravos só se pode concluir que o PCGG era uma língua que assentava sobre uma base predominantemente – e talvez mesmo exclusivamente – Kwa e o Edo em particular.

A língua levada para a ilha do Príncipe no começo do século XVI preservou ainda muitos aspectos desse carácter Edo. Tendo em

conta a evidência linguística, assumimos que o número de escravos de zonas Bantu com permanência fixa na ilha do Príncipe deve ter sido sempre limitado.

Do pouco que sabemos do povoamento de Ano Bom, ele foi efectuado a partir de S. Tomé e posterior ao de Príncipe. Verificou-se que o actual FA não tem os traços Kwa do PR nem uma componente marcadamente Bantu. De todos os CGG, diríamos que é o mais próximo do ST. Se a ilha estava efectivamente deserta até 1543, temos um cenário em que um ST estabilizado foi transportado para lá. As diferenças entre o FA e o ST actuais terão de ser explicadas à luz de mudanças linguísticas internas ou resultantes do contacto com os diferentes superstratos<sup>25</sup>. Se o ST tiver uma natureza ligeiramente mais Bantu do que o FA, a permanente chegada a S. Tomé de novos escravos Bantu, ao longo da segunda metade de XVI, pode ter contribuído para isso.

O ST e o ANG constituem um caso especial pelo facto de serem dois crioulos que coexistem na mesma ilha, ambos com mais traços Bantu do que o PR e o FA. Dois factores parecem ter contribuído para isso. Já tínhamos constatado que há indícios que a aquisição de escravos do Congo era diminuta até pelo menos 1506. Podemos estabelecer um paralelo entre a crescente importância de escravos de fixação dessa região e a proliferação dos engenhos para a transformação da cana-de-açúcar, um sistema de produção que requeria grandes quantidades de mão-de-obra.

As referências à cana-de-açúcar em S. Tomé datam ainda de finais do século XV, mas a primeira referência à existência de engenhos data de 1517. Garfield (1992:66) afirma que a primazia do papel do açúcar na economia são-tomense pode ser datada de 1522.



Fotografia de Tjerk Hagemeyer.

**Número de Engenhos em S. Tomé no séc. XVI<sup>26</sup>**

1517	1522	1550	1567	1580
2/3	6	60	120	70

Mesmo que o comércio escravagista entre o Congo e S. Tomé tenha tido início num momento anterior<sup>27</sup>, grande parte dos escravos resgatados terá quase de imediato seguido para a Mina, porque a necessidade de retê-los como mão-de-obra para o sustento da economia da ilha só se terá tornado iminente com o disparo da produção açucareira.

A região a sul do Congo, isto é, o Reino de Angola, onde o Kimbundu era falado, começou a ganhar terreno a partir da terceira década de XVI<sup>28</sup>, dado importante para explicar a grande porção de léxico do Kimbundu no ANG. Uma testemunha de 1532 relata que o Rei do Congo, que queria a exclusividade do comércio de escravos, estava escandalizado com o resgate que se fazia em Angola<sup>29</sup>. Simbólico para o

momento difícil que o comércio do Congo atravessa é uma queixa que surge em 1548, confirmando que os armadores de S. Tomé não mandavam embarcações suficientes à feitoria de Mpinda (no Congo) para resgatar os escravos trazidos para o entreposto. Como muitos escravos morriam à espera no entreposto, os intermediários começavam a desistir de os levar à feitoria<sup>30</sup>. Dizia-se também que os escravos de Angola eram mais robustos, uma mais-valia para a execução do trabalho duro nos engenhos.

É preciso salientar que o surgimento de novos entrepostos comerciais não acabava radicalmente com os antigos, já que continua a haver registos de escravos importados do delta do Níger em, por exemplo, 1526<sup>31</sup>, ou de escravos resgatados no Congo na década de 30<sup>32</sup>. Ao que parece, o declínio definitivo do comércio do Benin começou já em 1520 e em meados de XVI acaba. O declínio do Congo deu-se no dealbar do século XVII<sup>33</sup>.

As hipóteses de que os angolares teriam chegado à ilha antes dos portugueses ou que

são os sobreviventes de um naufrágio que no século XVI terá ocorrido na zona de Sete Pedras, no sudeste da ilha, não são empiricamente defensáveis com base nos dados linguístico-históricos<sup>34</sup>. Nem os povoadores portugueses nem a tradição oral dos angolares fazem alusão a factos relacionados com essas duas hipóteses. Além disso, não existe nenhuma prova de que os angolares teriam alguma vez falado uma língua africana, o que seria de esperar de uma comunidade isolada que até finais do século XVII mantinha uma relação conflituosa com o resto da ilha. Só temos um crioulo estrutural e lexicalmente próximo dos outros CGG<sup>35</sup>.

Em 1597 e 1602 foi editado um atlas descritivo das regiões do mundo com uma descrição de S. Tomé que, segundo Tenreiro (1956), se inspira na relação escrita pelo Piloto Anónimo (155?). Os dados que foram lançados no mapa que acompanha a descrição da ilha são escritos em PTG e bastante detalhados quanto à presença de ribeiras, engenhos e outras particularidades. É extremamente interessante verificar que no litoral do sudeste, hoje conotado com a maior comunidade de angolares, havia várias fazendas com engenhos. No interior da ilha está escrito: «o pico do mocambo<sup>36</sup> onde estão os negros alevantados», tendo-se acrescentado «aqui seado a gente darmas contra os negros». Tenreiro identifica este pico como o actual Pico Cabumbê, um pico de mais de 1400 metros de altura no centro da ilha. Se este mapa estiver correcto, a leitura que prevalece é a de que os angolares ainda não haviam, até aos meados do século XVI, consolidado o local de permanência da sua comunidade<sup>37</sup>.

Lorenzino (1998) sugere que esta comunidade de *maroons* se formou no segundo quarto do século XVI, quando houve uma

intensificação das fugas e um aumento da agressividade desse grupo contra a cidade e as plantações. Note-se que os relatos de escravos fugidos datam dos primórdios do povoamento efectivo de S. Tomé, sendo o testamento de Álvaro de Caminha, de 1499, uma excelente prova disso. De fuga em fuga, deparamo-nos de repente com um documento de 1531 que atribui aos negros do mato uma tal força e organização que constituíam uma ameaça séria à manutenção da ilha<sup>38</sup>.

Ainda segundo Lorenzino, os revoltados, por serem maioritariamente de etnia Kimbundu, terão parcialmente relexificado a língua que então se falava nas fazendas. A nosso ver, este cenário pressupõe que a língua das fazendas era já um sistema estável, senão seria de esperar que esta comunidade tivesse optado por falar a língua africana predominante entre eles, que indiscutivelmente era o KB. Mas sendo os Kimbundus essencialmente recém-chegados no segundo quarto de XVI e logo falantes maternos do Kimbundu, é duvidoso que tenham já levado o crioulo das fazendas para o mato.

Por isso, sugerimos que já havia uma comunidade de escravos fugidos que falavam um derivado do PCGG. Esta comunidade ter-se-á começado a constituir anteriormente ao momento em que a presença de Kimbundus dispara nas fazendas. A absorção, *a posteriori*, de um considerável número de falantes do KB nessa comunidade terá produzido os efeitos lexicais que chegaram aos nossos dias.

Paralelamente, deve-se também ponderar o facto de a tradição angolar desde sempre ter conhecido um rei ou capitão (cf. Mocambo, rei Amador, etc.). A presença de uma figura carismática de ascendência Kimbundu na comunidade de fugidos pode ter funcionado como pólo de atracção para escravos da mesma etnia.



Fotografia de Tjerk Hagemeijer.

## Conclusões

Apresentámos dados que confirmam a existência de um PCGG em S. Tomé.

A região do delta do Níger, onde se falam línguas do grupo Kwa, foi predominante na procura de escravos para o povoamento de S. Tomé até pelo menos 1505/1510.

Os escravos de «quarto» de Benin, falantes do Edo, terão sido decisivos para a institucionalização de uma nova língua veicular desde os primórdios da colónia. A criouliização foi assim um processo extremamente rápido.

O povoamento da ilha do Príncipe faz com que seja autonomizado o primeiro crioulo que deriva do PCGG. Este crioulo caracteriza-se ainda por um conjunto de características Kwa que não encontramos nos outros CGG. Propomos que a exportação

deste crioulo teve lugar na primeira década do século XVI e que posteriormente pouco foi exposto a línguas Bantu.

O FA surgiu depois de 1543, numa fase em que o ST já tinha estabilizado.

A própria evolução do PCGG original resultou no ST, reestruturado a nível lexical e fonético por uma significativa componente KK. Sugerimos que a importância de escravos do Congo que se fixavam na ilha ganha peso a partir de 1510, perdendo depois terreno a partir de 1530 em detrimento da chegada de escravos Kimbundu. Durante estes vinte anos, o ST ter-se-á estabilizado.

A partir de 1530-1540 o ANG começa lentamente a ganhar contornos definitivos, mas este processo pode bem ter-se arrastado até dentro da segunda metade de XVI. Nessa altura, o sistema dos engenhos já prosperava em pleno e

requeria largas quantidades de mão-de-obra, que vinham predominantemente de Angola. As difíceis condições de trabalho incitavam à fuga para o mato, onde grande número de fugidos KB se terá juntado a uma comunidade de revoltados já existente, tendo reflexificado parcialmente o crioulo destes.

Urge que se confronte a hipótese que aqui expusemos com mais dados linguísticos e históricos para comprovar a sua viabilidade.

Por motivo de espaço, não foi possível apresentar as tabelas que acompanhavam o artigo.

Os mais que merecidos agradecimentos vão para Philip Havik, Gerardo Lorenzino, Mikael Parkvall, Jerónimo Pontes, Marike Post e Gerhard Seibert pelas muitas formas de apoio que me prestaram na elaboração deste artigo. Todos os erros são obviamente da minha inteira responsabilidade. Este trabalho foi realizado ao abrigo do Subprograma Ciência e Tecnologia do 2º Quadro Comunitário de Apoio do PRAXIS XXI.

- <sup>1</sup> Lorenzino (1998), p. 42.
- <sup>2</sup> Post (1998), com base num censo realizado pelas Nações Unidas em 1990.
- <sup>3</sup> MMA, I, c. 44, p. 177.
- <sup>4</sup> Manuscrito publicado em separata nº 32 a 36 da *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*. Por conter muitas informações incorrectas, a fidelidade desta fonte parece ser limitada. Para o mesmo texto, veja-se também Albuquerque (1989).
- <sup>5</sup> MMA, Vol. XV, c. 61.
- <sup>6</sup> Gerhard Seibert [c.p.]
- <sup>7</sup> Garfield (1992), p. 49.
- <sup>8</sup> MMA, Vol. I, c. 1.
- <sup>9</sup> Carta de Pero Álvares de Caminha ao rei de Portugal, publicada em Albuquerque (1989), p. 95.
- <sup>10</sup> D. Pacheco Pereira, *apud* Sousa (1990), pp. 396 e 472.
- <sup>11</sup> Ferraz (1979:9) foi o primeiro que explicitamente referiu a origem comum dos CGG. Segundo ele, o Angolar é provavelmente o mais próximo do crioulo original, uma hipótese que não subscrevemos.
- <sup>12</sup> O que não exclui a existência de uma outra língua de contacto na Mina, como geralmente se assume.
- <sup>13</sup> Por 'pidgin' entendemos uma linguagem – e não uma língua – com funções limitadas para contextos de contacto específicos (por exemplo, comerciais ou, para o caso, na relação entre escravos e seus donos europeus) e que crucialmente não é a língua materna dos seus falantes. Por crioulo entendemos uma língua materna de uma população, língua essa que tradicionalmente derivou do contacto entre uma única língua europeia e várias línguas africanas.

- <sup>14</sup> Pereira (1983), p. 151.
- <sup>15</sup> MMA, Vol. I, c. 103 (1516).
- <sup>16</sup> Mota (1976), p. 19.
- <sup>17</sup> Há casos em que se pode traçar com alguma segurança a língua que forneceu o item lexical. Há no entanto muitos vocábulos que tanto podem ser desta ou daquela língua (ou dialecto). O limitado número de estudos em linguística histórica sobre línguas africanas em geral também não facilita esta tarefa.
- <sup>18</sup> A partir de alguns ideofones podemos traçar as línguas de substrato, mas para muitos casos parece mais natural assumir uma evolução interna.
- <sup>19</sup> Lorenzino (1996) utiliza o termo 'referência anafórica' para este pronome.
- <sup>20</sup> Na realidade, os contextos sintácticos em que ocorre a partícula final são mais complexos e devem ser analisados de língua para língua (cf. Post, 1997, para o FA).
- <sup>21</sup> Note-se que nestas línguas as marcas enfáticas são frequentes nas interrogativas, afirmativas, exclamativas, etc.
- <sup>22</sup> Para discussão, veja-se Muysken & Smith (1994), p. 271-288.
- <sup>23</sup> No seu Bioprograma, Bickerton (1981) levou a capacidade de inovação ao extremo. Vários estudos posteriores, contudo, refutaram essa ideia. A importância do substrato para a ocorrência de construções de verbos seriais, por exemplo, mostra que o modelo de princípios universais falha por completo. Por outro lado, os CGG evidenciam que a criouliização pode ser um processo extremamente rápido, uma hipótese que derivava do modelo de Bickerton, mas que diversos autores rejeitaram posteriormente.
- <sup>24</sup> Repare-se que fenómenos de descrioulização posteriores ofuscam de certo modo o conceito de estabilização.
- <sup>25</sup> Um dos contrastes mais salientes entre o ST e o FA consiste na substituição sistemática do [s] são-tomense pelo [x], que se pronuncia como no nome 'Juan'. Estamos em crer que esta evolução própria do FA deriva do contacto com o espanhol, a língua oficial desde finais do século XVIII.
- <sup>26</sup> Dados de Sousa (1990).
- <sup>27</sup> Mota (1976:693) observa que desde 1500 o capitão Fernão de Melo encetou relações comerciais com o reino do Congo.
- <sup>28</sup> Mota (1976:693): «D. Manuel enviou Manuel Pacheco em 1520 com um regimento próprio para entabular relações com o respectivo rei [de Angola].».
- <sup>29</sup> MMA, Vol II, c. 7, p. 14.
- <sup>30</sup> MMA, Vol. II, c. 74, p. 197.
- <sup>31</sup> MMA, Vol. I, c. 148.
- <sup>32</sup> MMA, Vol. XV, c. 50, 54 e 56.
- <sup>33</sup> Thornton (1992:110).
- <sup>34</sup> Para a mesma perspectiva, ver Ferraz (1979), Lorenzino (1998) e Seibert (1998).
- <sup>35</sup> Geralmente assume-se que os Angolares são um grupo distinto dos escravos fugidos das fazendas (cf. Garfield, Sousa, etc.), mas estamos em crer que a evidência linguística não sustenta este tipo de análise.
- <sup>36</sup> Mota (1976:694) refere que em 1528 se faz pela primeira vez menção ao chefe dos escravos revoltados, chamado Mocambo.
- <sup>37</sup> Este parágrafo inspira-se em Tenreiro (1956).
- <sup>38</sup> MMA, vol. II, c. 17 (*apud* Sousa, 1990).

## Referências

- L. de ALBUQUERQUE (1989), *A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, Alfa.
- E. AMARAL (1996), *O Reino do Congo, os Mbundu (ou Ambundos), o Reino dos Ngola (ou de Angola) e a Presença Portuguesa de Finais do Século XV a meados do século XVI*, Lisboa, Instituto de Investigação Tropical.
- J. ARENDS (ed.) (1995), *The Early Stages of Creolization*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins.
- R. BARRENA (1957), *Gramática Annobonesa*, Madrid, Consejo de Investigaciones Científicas.
- A. BRÁSIO, *Monumenta Missionaria Africana*, Vols I (1952) e II (1953), Lisboa, Agência Geral do Ultramar; Vol. XV (1988), Lisboa, Academia Port. da História.
- E. DUNN (1968), *An Introduction to Bini*, Michigan, African Studies Center/Michigan State University, Michigan.
- L. FERRAZ (1979), *The Creole of São Tomé, Johannesburg*, Witwatersrand University Press.
- «African Influences on Principense Creole», Separata de *Miscelânea Luso-Africana*, 1975.
- «A Linguistic Appraisal of Angolar», In *Memoriam António Jorge Dias*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1974.
- R. GARFIELD (1992), *A History of São Tomé Island: 1470-1655. The Key to Guinea*, San Francisco, Mellen Research University Press.
- W. GÖNTHER (1973), *Das Portugiesische Kreolisch der ilha do Príncipe*, Marburg an der Lahn.
- T. HAGEMEIJER (1999), «Serialização e Gramaticalização em São-Tomense», *actas do XIV Encontro da APL*, a aparecer.
- T. HODGES & M. NEWITT (1988), *São Tomé e Príncipe. From Plantation Colony to Microstate*, Boulder/London, Westview Press.
- G. LORENZINO (1998), *The Angolar Creole Portuguese of São Tomé: its Grammar and Sociolinguistic History*, Dissert. de Doutoramento apresent. a City University of New York.
- «Afro-Portuguese Creole 'a': Its Kwa Origins and Discourse Pragmatics», *The African Institution, AJLL*, vol. I, nº 1, 1996.
- P. MAURER (1999), «El Verbo Locativo poner en Santomense, Principense y Angolar», *Lenguas Criollas de Base Lexical Española y Portuguesa*, Frankfurt/Madrid, Vervuert/Iberoamericana.
- «Tense-Aspect-Mood in Principense», *The Structure and Status of Pidgins and Creoles*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 1997.
- L'Angolar: un Créole Afro-Portugaise parlé à São Tomé*, Hamburg, Helmut Buske Verlag, 1995.
- J. H. McWHORTER (1992), «Substratal Influence in Saramaccan Serial Verb Constructions», in *JPCL*, 7:1, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins.
- H. MELZIAN (1942), *Vergleichende Charakteristik des Verbuns in Bini*, Berlin.
- A. Teixeira da MOTA (1976), «Alguns Aspectos da Colonização e do Comércio Marítimo dos Portugueses na África Ocidental nos Séculos XV e XVI», Lisboa Junta de Investigações Científicas do Ultramar.
- P. MUYSKEN & N. SMITH (1994), «Reflexives», *Pidgins and Creoles: an Introduction*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins.
- A. NEGREIROS (1895), *Historia Ethnographica da ilha de S. Tomé*, Lisboa, 1895.
- C. das NEVES (1989), *S. Tomé e Príncipe na Segunda Metade do Século XVIII*, Lisboa, Instituto de História de Além-Mar.
- D. Pacheco PEREIRA, *Esmeraldo de Situ Orbis*, 3ª ed. (1983) anotada por Damião Peres, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- G. PEREIRA, «As ilhas do Atlântico: chronica de Valentim Fernandes, alemão», separata de nº 32 a 36 da *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, Lisboa, Livraria Fernin.
- M. POST (1998), «La Situación Lingüística del Fa d'Ambô», *Foro Hispanico*, nº 13 (*Sociolingüística: Lenguas en Contacto*), Amsterdam, Rodopi.
- «Negation in Fa d'Ambô», *Afrolusitanik – Eine Vergessene Disziplin in Deutschland?*, Universidade de Bremen, 1997.
- «Complement Constructions with 'Say' in Fa d'Ambô», comunic. apresent. em Leiden, 1997.
- «Fa d'Ambu», *Pidgins and Creoles: an Introduction*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 1994.
- «Aspect Marking in Fa d'Ambu», *From Contact to Creole and Beyond*, 1995.
- «The Serial Verb Construction in Fa d'Ambu», *Actas do Colóquio sobre "Crioulos de Base Lexical Portuguesa"*, Lisboa, Colibri, 1992.
- G. SEIBERT (1998), «A Questão da Origem dos Angolares de São Tomé», comunic. no Seminário Cesa: *A Problemática do Desenvolvimento – Historicidade e Contributos Actuais numa Óptica Transdisciplinar*, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento.
- C. SERAFIM (1993), *As ilhas do Golfo da Guiné no Século XVII*, Dissert. de Mestrado apresent. à Universidade Nova de Lisboa.
- C. SOUSA (1990), *S. Tomé e Príncipe. Do Descobrimento aos Meados do Século XVI*, Dissert. de Mestrado apresent. à Universidade de Lisboa.
- O. STEWART (1997), «Object Agreement and the Serial Verb Construction: Some Minimalist Considerations», *Object Positions in Benue-Kwa*, Leiden, HIL.
- E. TENREIRO (1956), «Engenhos de Água na ilha de São Tomé no Século XVI», Coimbra.
- (1961), *A ilha de S. Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- J. THORNTON, (1992), *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1680*, Cambridge, Cambridge University Press.
- M. VALKHOFF (1966), *Studies in Portuguese and Creole*, Johannesburg, Witwatersrand University Press.
- J. VOGT (1973), «The Early São Tomé-Príncipe Slave Trade with Mina: 1500-1540», *International Journal of African Studies*, VI (3), pp. 453-467.